

CARTA ABERTA DA SOCIEDADE CIVIL

Por uma Segurança Pública pautada nos Direitos Humanos

Este ano ocorre pela primeira vez uma Conferência Nacional de Segurança Pública, a 1ª Conseg. Sociedade civil, trabalhadores e gestores da área têm se envolvido com os debates e sugestões de propostas para traçar as diretrizes de uma política nacional de segurança pública.

A preocupação da sociedade civil com o tema da segurança, no entanto, não é novidade. O assunto é pauta constante das Conferências de Direitos Humanos e vem sendo tratado como a efetivação de um direito social, merecendo ser este também o princípio que norteia a realização de uma conferência específica sobre o tema da segurança pública.

É nesse sentido que instituições e organizações da sociedade civil que assinam este documento querem reafirmar seu compromisso de defender, na 1ª Conseg, a efetivação de uma política de segurança pública pautada no respeito e promoção dos direitos humanos, de forma plena e universal.

Assim, defendemos que o foco prioritário das políticas públicas que venham a ser construídas a partir da Conseg seja a prevenção à violência e não apenas estratégias repressivas.

É preciso também que a política de segurança seja entendida como a efetivação de um direito e possa ser realizada como política pública de Estado, garantindo a participação da sociedade civil em sua concepção, formulação, gestão, fiscalização e controle.

Outro ponto primordial é que a política de segurança pública seja incentivadora da resolução pacífica de conflitos, se pautar pela resposta policial não violenta e promova a construção de uma cultura de paz. Incentivar, fortalecer e ampliar as campanhas de desarmamento, por exemplo, é essencial nesse sentido.

Compartilha-se a visão de que a segurança pública deve ser entendida além das políticas repressivas e da estruturação das forças policiais. Para tanto, faz-se necessário modificar estruturas institucionais não condizentes com o Estado Democrático de Direito, aprimorando o artigo 144 da Constituição Federal, a fim de que as organizações policiais tenham como premissa fundamental a defesa do cidadão e não a defesa do Estado.

Garantir o direito à segurança deve fazer parte também do repertório de políticas públicas de outras áreas, sendo primordial que o compromisso de efetivação dos princípios e diretrizes aprovados na Conseg seja partilhado pelo governo como um todo em todos os níveis federativos.

Além disso, é fundamental que haja melhoria das condições de trabalho e a valorização profissional de trabalhadores da área de segurança. Isso não significa, no entanto, a ampliação do poder de polícia, ou a alteração do artigo 144 da Constituição Federal para a inclusão de novas forças policiais. É preciso, ao contrário, que se regule e padronize, por meio de normas infraconstitucionais, a atuação profissional dos demais agentes encarregados da segurança pública, além das polícias, e que se tenha especial atenção com a regulamentação da segurança privada, sempre partindo da premissa de que o poder de polícia deve ser exercido exclusivamente pelo Estado.

Uma política de segurança pública pautada nos direitos humanos não pode pressupor a supressão ou restrição de direitos, especialmente da juventude, parcela da população que é a maior vítima da violência no país e que não pode ser mais uma vez vitimizada com políticas de toque de recolher ou redução da idade penal.

A Conseg propõe o novo paradigma da segurança pública. É essencial que esta nova segurança seja fomentadora dos direitos humanos e seja construída conjuntamente entre sociedade civil, trabalhadores e gestores da área.

As organizações e instituições da sociedade civil que subscrevem este documento estão fazendo parte desta construção desde o início, em todos os âmbitos, e assumem o compromisso de defender, na Conseg, princípios e diretrizes fomentadores de uma segurança pública pautada nos direitos humanos.

1. Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura – ACAT – Brasil
2. Associação de Juízes para a Democracia
3. Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação – ANDHEP
4. Associação Paulista de Defensores Públicos – APADEP
5. Cedeca "Monica Paião Trevisan" - SP
6. Cedeca Interlagos – SP
7. Central dos Movimentos Populares
8. Central Única das Favelas de Nova Friburgo - CUFA RJ
9. Centro de Defesa do Direitos Humanos de Piracicaba - SP
10. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba – CDHS - SP
11. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC-PE
12. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
13. Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo – SP
14. CICLOSAN – Baixada Santista
15. Comissão Teotônio Vilela
16. Conectas Direitos Humanos
17. Conseg Nova Friburgo - RJ
18. Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – CLASP
19. Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro
20. Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CONDEPE
21. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP
22. Construindo Gênero - Baixada Santista
23. Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conen
24. FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
25. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH
26. Fórum de ex-presos e perseguidos políticos de São Paulo
27. Fórum em Defesa da Vida
28. Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos – FidDH
29. Grupo de Articulação de Moradia do Idoso – Garmic
30. Grupo de Estudos e Trabalho – Mulheres Encarceradas
31. Grupo Tortura Nunca Mais
32. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim
33. Instituto Daniel Comboni
34. Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
35. Instituto Girasol do Brasil

36. Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito – Ilanud/Brasil
37. Instituto Paulo Freire
38. Instituto São Paulo de Cidadania e Política - ISPCP
39. Instituto Sou da Paz – SP
40. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC
41. Movimento Nacional de Direitos Humanos
42. Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional SP
43. Movimento Nacional de População de Rua
44. Núcleo de Estudos da Violência da USP – NEV-USP
45. Núcleo de Estudos de Cidadania e Direitos Humanos - NECIDH
46. Núcleo de Preservação da Memória Política
47. Núcleo MNDH da Baixada Santista “Irmã Maria Dolores”
48. Organização Auxílio Fraternal - OAF
49. Organização de Direitos Humanos Projeto Legal – RJ
50. Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo
51. Paróquia São José – Região Episcopal Brasilândia
52. Pastoral Carcerária da Macro Região Nordeste
53. Pastoral Carcerária Nacional
54. Prefeitura de Embu das Artes – SP
55. Rede Rua de Comunicação
56. Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM
57. Sindicato dos Comerciantes - SP
58. Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo
59. Sociedade Santos Mártires – SP
60. União dos Movimentos de Moradia de São Paulo - UMMSP
61. União Geral dos Trabalhadores
62. União Nacional por Moradia Popular - UNMP